

GESTÃO DEMOCRÁTICA PARA A INCLUSÃO EDUCACIONAL: UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO INTERCULTURAL

Myrella Araújo de Freitas – UFGD (myrellaf21@gmail.com)

Marta Coelho Castro Troquez – UFGD (martatroquez@ufgd.edu.br)

O direito à educação, promulgado em lei, como um direito de todos, é recente no Brasil. A educação é vista atualmente como veículo capaz de assegurar a cidadania. O Estado, a partir de suas leis e políticas públicas instituídas, deve desenvolvê-la. Ao analisarmos o Estado como responsável pela garantia da realização do direito à educação, percebemos lacunas existentes, sobretudo, no que diz respeito à educação das minorias étnicas. Nosso país é marcado por uma rica pluralidade de povos/grupos étnicos, com suas diferentes histórias, culturas, tradições e/ou modos de vida que devem ser reconhecidos e respeitados no contexto escolar. Isto demanda uma proposta de educação intercultural. Promover o tratamento adequado das diversidades/diferenças a partir de uma educação intercultural significa criar espaços onde todas essas vozes sejam ouvidas e valorizadas, favorecendo um ambiente de aprendizado que respeita e celebra as diferenças (Troquez; da Silva, 2020; Troquez; Santana, 2022).

A partir da premissa de que a educação é um direito subjetivo fundamental, é essencial que a escola se torne um espaço onde todas as crianças possam fortalecer suas identidades, desenvolver suas culturas e suas potencialidades. Este trabalho explora como a gestão democrática pode contribuir para essa inclusão, respeitando as particularidades culturais e sociais de cada pessoa, promovendo um ambiente educacional acolhedor. No contexto educacional brasileiro, a diversidade cultural é uma realidade presente que deve ser abordada com seriedade. A concepção democrático-participativa se alinha à busca pela democratização da escola, caracterizando-se pela relação orgânica entre os diversos setores da instituição. A gestão democrática é vista como uma abordagem capaz de transformar as práticas pedagógicas e administrativas, envolvendo toda a comunidade escolar em um processo coletivo de tomada de decisões.

Arroyo (2011); Candau (2000); Libâneo (2012); e Paro (1997), nos auxiliam a compreender como a gestão democrática pode contribuir para a inclusão e a realização dos direitos humanos em contextos de diversidade cultural. Libâneo (2012), destaca que a gestão participativa deve ser um princípio central nas escolas. Esse modelo é especialmente relevante para as escolas que atendem crianças indígenas, pois permite que

as vozes desses alunos e suas comunidades sejam ouvidas e valorizadas. “A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar”. (LIBÂNEO, 2012, p.450). A gestão democrática, ao criar um espaço de diálogo e colaboração, pode facilitar a construção de um currículo que reflita a cultura e os saberes indígenas, promovendo um ambiente mais inclusivo. Paro (1997), enfatiza a participação efetiva de todos os segmentos da escola como um fator crucial para o avanço da gestão democrática. “Se quisermos uma escola transformadora, precisamos transformar a escola que temos. E o que temos é uma escola autoritária, que atende aos interesses dos grupos dominantes”. (Paro, 1997, p. 12). Quando alunos, pais e professores são incentivados a contribuir com suas ideias e sugestões, a escola se torna um espaço mais vivo e dinâmico. Ao dar autonomia aos diferentes atores sociais envolvidos, cria-se um ambiente onde todos possuem um papel a desempenhar. A autonomia permite que a escola desenvolva projetos que atendam às necessidades específicas de sua comunidade, resultando em uma educação mais contextualizada e significativa. Arroyo (2011), traz uma perspectiva crítica ao discutir a inclusão social no ambiente escolar. A inclusão não deve ser reduzida a um simples acesso à educação; deve envolver um processo transformador que modifique as relações sociais dentro da escola. Para ele, [...], será fácil descobrir que os currículos favorecem que os rostos de alguns coletivos apareçam na história, e que os rostos de outros coletivos humanos segregados se apaguem, se percam” (ARROYO, 2011, p. 262). Arroyo defende que, ao promover uma gestão que valorize a diversidade, as escolas podem se tornar verdadeiros espaços de justiça social, onde todas as crianças, independentemente de sua origem cultural, tenham oportunidades iguais de aprendizagem e desenvolvimento. Candau (2000), coloca a necessidade de reinventar a educação escolar para que o ensino-aprendizagem seja significativo ao mesmo tempo que desafiador, existindo uma relação intrínseca entre a educação e a cultura. Ela defende que a educação deve ser um espaço de construção coletiva, onde todos os alunos, independentemente de suas diferenças, tenham voz e vez; enfatiza a necessidade de uma formação docente que prepare os educadores para lidar com a diversidade, promovendo uma abordagem inclusiva que respeite as particularidades de cada estudante; argumenta que a formação deve ser integrada à realidade escolar, permitindo que os educadores desenvolvam práticas que realmente atendam às necessidades dos alunos. “Uma postura de educação em direitos humanos não pode reduzir-se a uma série de técnicas didáticas ou dinâmicas de grupo. Nela está

implicada toda uma postura pedagógica”. (CANDAU, 2000, p. 164). Sua proposta é de uma educação que valorize a participação, o respeito à diversidade cultural e a construção de saberes coletivos.

Troquez e da Silva (2020), criticam o modelo tradicional de educação inclusiva, que muitas vezes ignora as especificidades culturais e identitárias das crianças. Elas argumentam que, para que haja uma verdadeira inclusão, é necessário avançar para uma educação inter/multicultural, que não apenas reconheça, mas valorize as diferentes culturas e saberes dos alunos indígenas. Isso implica a formação de educadores para lidar com essa diversidade e a criação de currículos que integrem elementos culturais de forma significativa. “Ao questionarmos a legislação educacional brasileira no que diz respeito ao tratamento das diferenças [...], verificamos que as políticas nacionais a este respeito se encontram fundamentadas na perspectiva de educação inclusiva.” (Troquez e da Silva, 2020, p. 15). É necessária uma reflexão profunda sobre a importância de uma educação que seja realmente inclusiva e que produza mudanças capazes de garantir o respeito e a valorização das diferentes identidades e culturas nas escolas, pela proposição de políticas e de práticas educativas que valorizem a interculturalidade.

A gestão democrática da escola pública é um caminho essencial para promover a inclusão social e o respeito à diversidade cultural, especialmente no contexto das crianças indígenas. A educação, nesse sentido, deve ser um instrumento de construção de direitos humanos, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao implementar essas práticas e reflexões, as escolas públicas podem se tornar verdadeiros modelos de gestão democrática, celebrando a diversidade e promovendo a inclusão social de forma efetiva. É fundamental que as escolas se tornem espaços de diálogo intercultural, respeitando as singularidades de cada pessoa ou grupo, incluindo comunidades indígenas, afro-brasileiras, camponesas, imigrantes, entre outras. Isso implica em ações de formação continuada para os educadores, permitindo que estejam preparados para lidar com as diversidades e promoção de práticas que respeitem e valorizem as diferentes identidades. Uma educação que realmente aspire à inclusão, que não apenas promova o acesso, mas trabalhe numa perspectiva intercultural para o atendimento adequado das diversidades/diferenças.

Referências

ARROYO, Miguel, González. **Currículo, território em disputa**. Rio de Janeiro. Ed. Vozes, 2011.

CANDAU, Vera Maria. **Reinventar a escola**. Rio de Janeiro, Ed. Vozes.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 10 ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012. Coleção docência em formação: saberes pedagógicos. Coordenação Selma Garrido Pimenta.

PARO, Vitor, Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Editora Ática, 1997.

TROQUEZ; Marta Coelho Castro; SILVA, Marcela Guarizo. Crianças indígenas em escolas urbanas: da educação inclusiva à educação inter/multicultural. **Revista Tellus**, Campo Grande, UCDB, ano 20, n. 43, p. 11-32, set./dez. 2020.

Disponível em: <https://tellus.ucdb.br/tellus/article/download/682/759>

Consultado em: 25 set. 2024.

TROQUEZ, Marta Coelho Castro; SANTANA, Jaqueline Borlinques Paulo. Temática indígena em escolas urbanas de ensino fundamental. Horizontes - **Revista de Educação**, v. 9, p. 169-190, 2022. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/horizontes/article/view/16603>

Consultado em: 25 set. 2024.